

Cidades Pandêmicas:

Espaço Público, Saúde e o Papel da Universidade

RESUMO GERAL

A Revolução Industrial, desencadeada no mundo ocidental no século XVIII, trouxe como um de seus efeitos um intenso processo de urbanização causando diversos problemas socioambientais, riscos e agravos à saúde de seus habitantes. As cidades industriais, imortalizadas no texto de Friederich Engels, eram condenadas pela insalubridade, geralmente palco de grandes epidemias que acometiam especialmente os mais vulneráveis. Embora ainda não houvesse um claro entendimento sobre a origem das doenças, estudos como os de John Snow, em 1854, mapeando casos de cólera no espaço e no tempo em alguns bairros de Londres, levantaram suspeitas sobre uma possível transmissão pela água. Aos poucos, descobertas no campo da microbiologia permitiram o desenvolvimento de medicamentos e vacinas que se mostraram eficazes para o enfrentamento das doenças, impulsionadas especialmente a partir dos estudos de Pasteur, no século XIX.

Para a salubridade urbana, avanços técnicos no campo da Engenharia seguiam em paralelo, indicando a possibilidade de controlar o meio pela construção de sistemas capazes de prover água potável, recolhimento e tratamento de esgotos e a destinação adequada para os resíduos sólidos, ações hoje, dentre tantas outras, amplamente reconhecidas como fundamentais para a redução de riscos e de agravos à saúde, e para a construção de cidades saudáveis.

Assim, os avanços da ciência e nos sistemas urbanos, aliados a um programa de controle biopolítico, permitiram aos governos enfrentarem graves epidemias, viabilizando assim a vida humana nas cidades. No entanto, ao final do século XX e início do século XXI, essa certeza do controle sobre o meio e sobre as doenças nas cidades se desestabiliza, em especial ao final de 2019, com o surgimento da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-cov-2) que, em um curto período, alcança dimensões globais, sendo declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020. Seu elevado potencial de transmissão e sua rápida disseminação demandaram novos hábitos e comportamentos de convívio social, além de exacerbar verdadeiros abismos relacionados especialmente às questões sanitárias, injustiças ambientais, econômicas, educacionais e iniquidades em saúde, combinando riscos iminentes e ampliando situações de vulnerabilidade.

Em que pese a abrangência global da pandemia, os números de contágios e óbitos e sua distribuição no território evidenciaram que, há um corte de classe, gênero e raça nos seus desdobramentos. Definitivamente os grupos mais afetados pela pandemia foram aqueles com vulnerabilidades preexistentes que diante da orientação de isolamento social se viram sem a opção de atendê-la, seja porque suas casas não teriam condição de desempenhar atividades remuneradas e/ou outras que lhes permitissem obter os recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência e de sua família, seja porque o isolamento apresentou-se como algo inviável em suas casas pelas precárias condições

sanitárias e adensamento excessivo, decorrentes do compartilhamento dos espaços internos, seja porque sequer a moradia existia para se cumprir essa orientação, dentre outros fatores relacionados à precariedade urbana e habitacional e nas condições de trabalho e de reprodução da vida nas cidades capitalistas.

Somam-se a este quadro os frequentes ataques que a ciência e as universidades vêm sofrendo nos últimos anos, caracterizando tempos de negacionismo e de desmonte de instituições de ensino e pesquisa e, conseqüentemente, deixando profundas marcas que ampliam os desafios a serem enfrentados.

Sendo assim, repensar nossas cidades, nesse contexto em que se somam crises sanitárias, ambientais, sociais, econômicas, políticas, científicas e éticas, passa por questionar a ordem social e econômica que fundamentam a desigualdade social e conferem status de “normal” a práticas de destruição da natureza e de violência e terror a um vasto contingente de pessoas colocadas em situação de miséria extrema e risco permanente.

Diante deste contexto e desafios, como pensar os usos de espaços coletivos? Como a cidade deve ser preparada para o “novo normal”? Como a universidade pode contribuir para o reconhecimento de demandas e soluções? Como comunidades mais vulneráveis tem respondido e buscado enfrentar coletivamente a pandemia?

URBANISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Na história da construção de cidades, desde suas concepções na antiguidade, como no tratado hipocrático “Do ar, da água e dos lugares”, do século IV a.C, até as formulações utópicas como “Hygeia”, de Richardson, de 1876, a preocupação com a questão da saúde sempre esteve presente. A partir do final do século XIX o urbanismo nascente passará a incorporar de modo mais amplo a questão sanitária, oferecendo soluções e propostas urbanísticas vinculadas a projetos de saneamento, mas também sistemas de áreas verdes estruturadores do espaço urbano, leis sanitárias e de zoneamento visando melhorar a salubridade do meio e reduzir a poluição urbana, ou então propostas de assentamentos residenciais marcadas pela baixa densidade e pelo distanciamento social, como os subúrbios e bairros-jardins, que promoverão uma melhora significativa das condições de saúde pública. Em situações prolongadas de pandemia, em que o convívio com condições sanitárias epidêmicas se torna parte da vida cotidiana e não mais fenômeno pontual e restrito, quais as respostas que o urbanismo poderá oferecer para a garantia da vida saudável nas cidades? Levantar e discutir tais aspectos e questões, bem como problematizar o direito à cidade (Lefebvre) em tempos de pandemia, são nossos escopos em nossa apresentação.

UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA SOBRE A RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES URBANAS VULNERÁVEIS

As consequências da Covid-19 se agravam em contextos urbanos de exclusão social e injustiças ambientais, em que múltiplas dimensões de vulnerabilidade complexificam as ameaças e aprofundam as incertezas inerentes à emergência da maior crise sanitária do século. Por outro lado, e a despeito da insuficiência de políticas públicas a garantir direitos fundamentais, algumas comunidades periféricas urbanas demonstram capacidades criativas muito pertinentes para atenuar os impactos desta pandemia. O objetivo desta apresentação é explorar algumas formas de respostas comunitárias à crise da Covid-19, ressaltando o caráter de auto-organização a partir de práticas sociais em analogia com a constante interação das periferias urbanas com insustentabilidade e injustiças socioambientais. Observa-se que, apesar do contexto precário, é possível reconhecer que a competência de se autoproduzir fundamenta as propriedades de capacidade adaptativa e de ampliação da resiliência urbana. Não obstante, cabe reconhecer substanciais entraves para o melhor aproveitamento destas propriedades de caráter sistêmico, a exemplo, a exclusão cognitiva que impõe barreiras ao diálogo entre os contextos locais, os gestores públicos e as instituições de pesquisa.

PESQUISA DE IMPACTO SOCIAL: ARTICULAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL

O impacto social da pesquisa científica é um tema de relevância na agenda mundial, mobilizando não apenas cientistas e acadêmicos, mas também os gestores públicos e a sociedade civil. Produzir conhecimentos e elaborar soluções que possam melhorar a gestão pública, ou ainda a qualidade de vida das pessoas, reforça o papel social das universidades e instituições de pesquisa públicas e/ou privadas diante dos inúmeros problemas socioambientais contemporâneos ainda mais agravados com a pandemia do coronavírus. Conhecer experiências e fomentar novas iniciativas nesse sentido, com foco no tripé diagnósticos interdisciplinares, articulação interinstitucional e participação social, são fundamentais para avançarmos no enfrentamento da realidade que agora temos de cidades pandêmicas.

INTERFACE DO URBANISMO, SAÚDE, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM PESQUISAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A complexidade em torno de questões socioambientais e de saúde relacionadas à emergência climática, à pandemia de Covid-19 e aos seus riscos evidenciou consequências de práticas da sociedade atual, trazendo o que Ulrich Beck chama de reflexividade, revelando, por sua vez, os limites da produção de conhecimentos segregados (tal como preconiza Boaventura de Souza Santos) e a relevância de abordagens inter e transdisciplinares para sua compreensão e enfrentamento. Pesquisas na interface de diferentes áreas, como do urbanismo, saúde, educação e sustentabilidade, conectadas com a crise ecológica e a pandemia de Covid-19, vêm sendo desenvolvidas, evidenciando a necessidade de um novo contrato social entre ciência e sociedade, com a ampliação das rotas de comunicação existentes e a criação de novas, apoiadas na articulação entre saberes populares, tradicionais e de senso comum e saberes técnicos e especializados, bem como na integração de diferentes campos de conhecimento. Assim, essa apresentação objetiva, a partir de resultados de um esforço de articulação entre pesquisas sobre o tema, discutir a importância da inter e transdisciplinaridade e de se colocar os “sujeitos” e “agentes” no centro das reflexões e da produção ou co-produção de novos conhecimentos.